

Ata da mesa 2 (Saúde, Trabalho e Previdência)

Conferência Brasileiros no Mundo - 15.10.2009 e 16.10.2009

A reunião foi mediada pelo Embaixador Valter Peçly, Cônsul-Geral do Brasil em Londres, que iniciou as discussões lembrando aos presentes a importância, para a diáspora, dos temas a serem debatidos pela mesa.

PREVIDÊNCIA

O Embaixador logo passou a palavra à Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas da Previdência, Mônica Cabañas Guimarães, que começou a resumir as ações executadas pelo MPS em prol dos brasileiros que vivem fora do Brasil.

Conforme explicou a Sra. Mônica, as ações do MPS em benefício da diáspora concentram-se - mas não se limitam - à negociação de acordos de cooperação previdenciária, instrumentos de coordenação entre dois sistemas de Seguridade Social que objetivam estender os direitos previdenciários de um país contratante aos nacionais do outro país contratante residentes no território do primeiro.

A servidora informou os presentes em relação ao *status* atual das relações da Previdência brasileira com outros países (há acordos dessa natureza em vigor com dez países) para passar depois às tentativas recentes de ampliação dessa cooperação (e, portanto, da cobertura previdenciária dos brasileiros que moram fora). Tais esforços incluíram a abertura de frentes de negociação, atualmente em estágios variados de avanço, com países como Alemanha, Colômbia, Síria, Canadá, França e, destacadamente, EUA e Japão, priorizados porque contam com a maior comunidade de brasileiros e com a maior comunidade de brasileiros em situação migratória regular, respectivamente. Com o primeiro desses dois países há um texto negociado e previsão de assinatura em dezembro. Com o segundo, conversações iniciadas e uma segunda reunião pré-agendada já para fevereiro do ano que vem.

O Embaixador passou a palavra aos representantes da diáspora presentes à reunião, que principiaram a consultar a servidora do MPS acerca de casos específicos - relacionados, entre

outros assuntos, à manutenção do vínculo previdenciário com o Brasil, à simultaneidade das contribuições e à perspectiva de obtenção de duas aposentadorias, à possibilidade de cidadãos em situação migratória irregular beneficiarem-se do acordo e a pedidos de negociação com países específico (em particular, o Reino Unido). Um representante dos brasileiros residentes no Paraguai manifestou suas dúvidas quanto às contribuições ao antigo Funrural e à contribuição previdenciária sobre a produção. Nessas e em outras perguntas, a representante do MPS contou com a ajuda do Diretor de Benefícios do INSS, Benedito Adalberto Brunca, que ajudou a dirimir as dúvidas dos presentes.

A servidora esclareceu também aos presentes a impossibilidade de estender os benefícios dos acordos aos trabalhadores em situação migratória irregular, uma vez que os outros Estados contratantes encontram-se impossibilitados de concordar com tal cláusula. Esclareceu, ainda, que os acordos assinados pelo Brasil limitam-se à Previdência e não tocam questões de acesso à saúde, uma vez que esses dois serviços sociais são, no desenho institucional brasileiro, completamente independentes.

TRABALHO

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, Sr. Paulo Sérgio Almeida, esclareceu que as ações desse Ministério em prol dos brasileiros que vivem no Exterior têm-se dado primordialmente no âmbito desse fórum, que surgiu voltado principalmente às questões relacionadas à imigração de estrangeiros para o Brasil. O paulatino equacionamento dessas questões levou, nos últimos três ou quatro anos, a uma concentração cada vez maior dos temas ligados à emigração nas reuniões desse conselho.

O presidente do CNIg explicou que as ações do órgão voltadas à diáspora têm-se concentrado na proposta de estabelecimento, em países com grandes comunidades de brasileiros, das “Casas do Trabalhador”, pontos de referência destinados a informar e assessorar os trabalhadores migrantes e auxiliá-los em seu retorno, caso seja seu desejo retornar ao Brasil. A instalação e o funcionamento dessas “casas” resultarão de parceria com o Itamaraty e com associações locais de brasileiros. A primeira delas está em fase final de desenvolvimento e deverá ser instalada na cidade de Hamamatsu, um dos municípios japoneses de maior concentração de decasséguis.

SAÚDE

Os membros da diáspora discutiram, em seguida, variadas questões relacionadas ao acesso dos brasileiros emigrados aos serviços de saúde dos seus respectivos países de acolhida. Observou-se a dificuldade de o Brasil vir a celebrar acordos de cooperação nessa área dada a raridade do modelo do SUS – universal e sem a cobrança de contrapartidas -, mas houve consenso de que, ainda assim, o Governo pode envidar esforços para melhorar a assistência aos brasileiros nesse campo. Foi nesse sentido, inclusive, a fala do representante do Ministério da Saúde no CNlg, Jorge Lourenzatto, que esclareceu não ter comparecido à Conferência na condição de representante oficial do Ministério.

Alguns participantes ponderaram que, em suas respectivas regiões, é relativamente fácil o acesso dos imigrantes em situação migratória regular aos serviços de saúde. Os indocumentados, ao contrário, veriam bastante dificultado seu acesso a tais serviços. Outros participantes lembraram a dificuldade de acesso ao seguro de acidentes ocupacionais e o fato de os empregadores muitas vezes recusarem-se a pagar pelo seguro-saúde dos trabalhadores migrantes.

Um representante da comunidade japonesa ponderou que muitos migrantes optam, quando se vêem seriamente doentes, por voltarem ao Brasil para ser tratados em português por médicos conterrâneos. Sugeriu, então, que os consulados mantivessem base de dados de hospitais e especialistas para os quais os pacientes brasileiros pudessem ser referidos, de acordo com a região de origem e a especialidade aplicável. Sugeriu, ainda, que as autoridades brasileiras alertassem os nossos nacionais para a existência de doenças tropicais – a exemplo da doença de Chagas - com as quais os serviços de saúde estrangeiros não estão habituados a lidar e para os quais sequer costumam pedir exames.

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) discorreu sobre as atividades desse órgão, enfatizando sua atuação no exterior. Houve menções à política de enfrentamento ao tráfico de mulheres, aos centros fronteiriços de atendimento (o centro binacional de atenção à mulher na fronteira com a Venezuela, mantido em parceria com o

Consulado-Geral em Caracas), e aos acordos internacionais entre a SPM e entidades análogas do exterior. Em relação a esse último ponto, mencionou que negociações com a Espanha estão avançadas, enquanto se projetam tratativas com Itália e Portugal. Diante do interesse dos presentes, a representante da Secretaria se propôs a analisar a situação de Suíça e Estados Unidos. Mencionou, por fim, os avanços legais no tratamento do tema do tráfico de pessoas.

Representante da Itália mencionou o problema da proteção aos brasileiros transgêneros, afirmando que muitos não procuram os consulados brasileiros. Solicitou atenção a esse grupo, em paralelo à atenção prestada às mulheres.

APOIO A EMPREENDEDORES BRASILEIROS

Representante do SEBRAE discorreu sobre a atuação da unidade em apoio a brasileiros no exterior. Mencionou os programas voltados para os brasileiros no Japão, que incluem cursos de curta duração e atendimento telefônico. Mencionou a iniciativa conjunta SEBRAE – Caixa Econômica – BID nas regiões da Nova Inglaterra e de Governador Valadares, com ênfase no empreendedorismo e educação financeira, assunto que foi tratado também por representante da Caixa Econômica. Suscitou especial interesse os de programas que podem ser acessados via internet por brasileiros em qualquer lugar do mundo.

QUESTÕES SINDICAIS

Representantes do Japão reiteraram a precariedade da situação jurídica e trabalhista de muitos brasileiros no país. Representante do Ministério do Trabalho teceu algumas considerações e, ao final, convidou os membros da mesa a participarem da próxima reunião do Conselho Nacional de Imigração.

PROPOSTAS DE ACRÉSCIMOS À ATA

SAÚDE

- Consulados brasileiros deveriam dispor de listas de hospitais aptos a receberem brasileiros que desejem ser tratados no Brasil, aos quais os brasileiros seriam referidos.
- Há casos de brasileiros que portam doenças existentes no Brasil, mas não nos países de destino, e que, por isso, não recebem diagnóstico correto. Informações produzidas pelo Governo brasileiro aos viajantes deveriam conter alerta para essa possibilidade, com o devido cuidado para não se estigmatizar os brasileiros.
- Governo brasileiro deve procurar formas de favorecer a atuação de médicos brasileiros habilitados a exercer sua profissão no exterior que desejam trabalhar, sem ônus, em prol de brasileiros no exterior.
- Estímulo ao desenvolvimento de centros de atendimento de saúde, psicológico e de crianças com necessidades especiais, entre outros, mantidos por organizações brasileiras.
- Avaliação da possibilidade de expandir os serviços de saúde prestados por missões consulares itinerantes.
- Análise da possibilidade de isenção de impostos de importação para bens doados para pesquisadores brasileiros na área da saúde.